



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7631 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

A COMISSÃO NACIONAL DE LITERATURA INFANTIL E A FORMAÇÃO DE LEITORES NO BRASIL DO PERÍODO VARGAS (1936 – 1938)

Aline Santos Costa - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

A COMISSÃO NACIONAL DE LITERATURA INFANTIL E A FORMAÇÃO DE LEITORES NO BRASIL DO GOVERNO VARGAS (1936 - 1938)

O presente trabalho é uma derivação de minha dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Criada em 1936 pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, a CNLI teve como principais atribuições a promoção da literatura infantil brasileira; o estudo quantitativo e qualitativo da literatura infantil existente no Brasil; e a regulação e a definição de livros considerados adequados para as crianças (GOMES, 2003).

O que se seguiu à criação da Comissão foi uma série de pareceres, artigos e estudos sobre livros infantis e sobre as relações estabelecidas entre as crianças e a literatura. Inicialmente, a CNLI contou com a participação dos escritores Jorge de Lima, Murilo Mendes, José Lins do Rego, Manuel Bandeira e Cecília Meireles, além das educadoras Elvira Nizynska da Silva e Maria Junqueira Schmidt. Todavia, após as primeiras atividades, Cecília Meireles e Maria Schmidt saíram da Comissão, dando lugar à escritora Maria Eugenia Celso e ao educador Lourenço Filho.

A leitura dos documentos produzidos pela CNLI – hoje pertencentes ao arquivo Gustavo Capanema, sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, Campus Rio de Janeiro (CPDOC – FGV) – possibilitou a formulação de três questões de estudo. Qual a concepção de criança estava presente nos discursos produzidos pela Comissão? Quais os predicativos definidos pela CNLI para uma literatura infantil considerada de qualidade? Quais propostas a Comissão defendeu para a formação de um público leitor infanto-juvenil, no Brasil de meados da década de 1930?

A criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil, por sua vez, fazia parte do projeto de expansão cultural promovido pelo MES, sob a gestão de Gustavo Capanema. Ao longo desse período, projetos e comissões voltados para o cinema e a música também foram criados e contaram com a participação de intelectuais do período. É importante ressaltar que o conceito de intelectuais apresentado neste trabalho, dialoga com Jean-François

Sirinelli (2003) e Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016). Isso porque os componentes da CNLI podem ser considerados intelectuais no âmbito mais amplo do conceito, isto é, produtores e mediadores culturais. Assim, esses intelectuais não apenas produziam bens culturais (poesias, romances, ou, em alguns casos, artigos na imprensa), como também atuavam como mediadores culturais. Em termos de mediação cultural, podemos citar dois exemplos no âmbito da Comissão, Elvira Nizynska (professora da disciplina Literatura Infantil, no curso de formação de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro) e Lourenço Filho (à época, diretor do Instituto de Educação).

Uma das preocupações desses intelectuais da CNLI era delimitar o conceito de literatura infantil, bem como as características que um livro infantil deveria ter para que fosse considerado de qualidade. Contudo, para compreender os predicativos da Comissão acerca da literatura infantil, é necessário compreender qual concepção de público leitor, isto é, de criança, se apresentava nos discursos do grupo. Em um de seus pareceres, o escritor Jorge de Lima, cita o pesquisador Jean Piaget, para tratar da formação do pensamento infantil e, a partir disso, ressaltar a importância de livros e revistas infantis no processo de desenvolvimento cognitivo e social dos pequenos leitores. Para a CNLI, então, a função da literatura infantil estava relacionada ao desenvolvimento psicossocial das crianças. Eram, pois, consideradas seres incompletos, com especificidades variáveis de acordo com as faixas etárias. Para que a literatura destinada a essas crianças cumprisse seu papel, era necessária a adequação às demandas da infância, ainda que fosse orientada pelo olhar “técnico” dos adultos (em especial educadores e literatos). Observa-se, todavia, que a preocupação com a adequação dos livros infantis às especificidades da infância não foi exclusividade da CNLI. O escritor Monteiro Lobato já havia apontado para essa importância e, ainda nos anos de 1920, a Associação Brasileira de Educação (ABE) promovia debates sobre a literatura infantil (MIGNOT, 2002). Nesse sentido, pensar a criança sob a ótica do desenvolvimento psicológico e social, considerando as características de cada fase do desenvolvimento, fez com que a CNLI defendesse certos predicativos para os livros infantis.

Ao promover um concurso para livros infantis inéditos, em 1937, a Comissão Nacional de Literatura Infantil elaborou uma série de predicativos para qualificar esses livros que seriam submetidos ao concurso. É significativo observar que os parâmetros definidos pela Comissão pareciam estar pautados na concepção de criança defendida pelo grupo, o que pode denotar uma tendência na construção do próprio gênero literário infantil naquele momento. Dentre essas qualidades, destacam-se: a importância de uma linguagem clara e objetiva; o uso da fantasia e a preocupação em se evitar-se histórias excessivamente pedagógicas e moralizantes (uma vez que poderiam prejudicar o interesse infantil pela história do livro). Um aspecto importante a ser destacado, assim, é aproximação da Comissão com os estudos e ideias defendidas pelo movimento da Escola Nova, não apenas pela presença de duas figuras representativas do movimento, quais sejam: Lourenço Filho e Elvira Nizynska, mas também pelas propostas acerca dos livros destinados às crianças e de formação do público leitor (VIDAL, 1994).

Para além da definição de qualidades (positivas e negativas) dos livros infantis, baseando-se em determinadas concepções de criança e infância, a Comissão Nacional de Literatura Infantil também apresentou uma proposta de criação de centros culturais infantis, que teriam como carro chefe, uma biblioteca infantil. A proposta assinada por Elvira Nizynska e submetida ao Ministério da Educação e Saúde em novembro de 1937, previa que as bibliotecas infantis fossem lugares agradáveis às crianças, com a oferta de bons livros infantis (escolhidos de acordo com os critérios da Comissão). Esses mesmos espaços também deveriam promover a socialização entre as crianças, com a oferta de atividades

lúdicas em suas dependências anexas (tornando-se, assim, um centro cultural, além de biblioteca infantil). O projeto de criação de bibliotecas infantis aproximava-se do modelo de biblioteca implementado em 1934, na cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão de Anísio Teixeira na Direção Geral de Instrução Pública (PIMENTA, 2011). Assim, o estudo das atividades da CNLI mostrou-se relevante para a compreensão dos debates em torno da literatura infantil no Brasil dos anos de 1930.

Palavras-chave: Literatura Infantil – Formação de Leitor – Período Vargas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GOMES, Ângela de Castro. “As Aventuras de Tibicuera: literatura infantil, História do Brasil e política cultural na Era Vargas”. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.59, p. 116-13.

_____. HANSEN, Patrícia Santos (org) . *Intelectuais mediadores: práticas culturais e política* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2016.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *BAÚ DE MEMÓRIAS, BASTIDORES DE*

HISTÓRIAS: O LEGADO PIONEIRO DE ARMANDA ALVARO ALBERICI Franca Paulista: EDUSF; 2002

PIMENTA, Jussara Santos. *LEITURA, ARTE E EDUCAÇÃO: A BIBLIOTECA INFANTIL PAVILHÃO MOURISCO (1934 – 1937)*. Curitiba: CRV Editora; 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O EXERCÍCIO DISCIPLINADO DO OLHAR: LIVROS, LEITURA, PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (1932 – 1937)*. Tese de Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo; 1995.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René. *POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.